



Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade
Versão on-line ISSN2319-2856
Volume 12, número 6. Curitiba – PR. jan/jun - 2017

Propostas de gestão para os Parques Naturais Municipais do norte do RS

Carmem Fátima Casanova

Bióloga. Mestre no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil.
carmemfCasa@hotmail.com

Adalberto Pandolfo

Engenheiro Civil - Doutor em Engenharia de Produção – Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade de Passo Fundo,
adalbertopandolfo@hotmail.com

Ritielli Berticelli

Engenheira Ambiental. Mestre no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil.
ritiberticelli@yahoo.com.br

Marcele Salles Martins

Arquiteta. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil.
marcesalles@yahoo.com.br

Natália Hauenstein Eckert

Arquiteta. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, Brasil. nataliahe.arq@gmail.com

RESUMO

A demanda atual por áreas verdes qualificadas torna os Parques Naturais Municipais importantes na preservação do Bioma de Mata Atlântica. E o conhecimento do sistema de gestão efetiva dessas áreas carece de aplicações de um sistema de informação, assim como um modelo específico de gestão para cada região. Diante desse problema, a pesquisa propõe estratégias de gerenciamento de Parques Naturais Municipais, no norte do Rio Grande do Sul. Os levantamentos utilizados como referências para a pesquisa foram realizados em visitas técnicas *in loco*, acompanhadas por entrevistas e questionários aplicados aos responsáveis por cada Parque. Após estes levantamentos foi possível propor um modelo de gestão para os Parques analisados. O resultado desse trabalho promoveu uma proposta de sistema de gestão ambiental através da pontuação percebida em cada parque, observando a adequação e reformulação de roteiros utilizados por outros autores.

Palavras-chave: Unidades de conservação. Ecologia. Gerenciamento.

Recebido em: 24/18/2016

Aprovado em: 15/05/2017

Management proposals for the Municipal Natural Parks of northern RS

ABSTRACT

The current demand for qualified green areas makes Municipal Natural Parks important in preserving the Atlantic Forest biome. An effective management system of such areas requires the use of an information system as well as a specific management model for each region. Before such problem, the following study proposes management strategies for Municipal Natural Parks in northern Rio Grande do Sul. The surveys used as reference for the study were done through technical follow-ups at the sites along with questionnaires applied to the people in charge of the parks. After analyzing the surveys, a management model for the analyzed parks was proposed. The result of this study proposed an environmental management system through the classification each park got taking into consideration the adequacy and reformulation of scripts used by other authors.

Keywords: Conservation units. Ecology. Management.

INTRODUÇÃO

Segundo o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (2013) a criação e implementação de Unidades de Conservação (UCs) é uma estratégia utilizada mundialmente na busca da conservação dos recursos naturais e a sustentabilidade ambiental, econômica e social. No Brasil, a Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL, 2000).

As Unidades de Conservação podem ser classificadas em unidades de uso sustentável e unidade de uso integral. Os Parques são unidades de uso integral, onde o principal objetivo dessas unidades é a proteção da natureza, por isso as regras e normas são mais restritivas. Nesse grupo é permitido apenas uso indireto: aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

O plano de manejo de uma unidade de proteção integral é um instrumento de planejamento e gestão que deve contemplar uma zona de amortecimento e os corredores ecológicos, elencando medidas que promovam a proteção da biodiversidade e integrando as unidades à vida econômica e social das comunidades vizinhas (ICMBio, 2013).

Cavalcante (2001) destaca a importância da gestão de uma unidade de conservação, onde deve haver um grande equilíbrio entre a população de entorno e a

unidade de conservação. A gestão desses espaços e seu desempenho dependem da implementação de ações, através de uma relação entre tal população e a própria Unidade de Conservação. A manutenção harmoniosa entre o homem e a natureza, poderá ocorrer através de estratégias adequadas que considerem a crescente expansão populacional. Conforme Benatti (1998) a existência destas áreas contribui para a preservação dos recursos naturais, pois incentiva um uso adequado desses espaços.

Para Primack e Rodrigues (2006), a preservação pode acontecer por meio do estabelecimento de áreas protegidas, implementação de medidas de conservação fora das áreas protegidas e restauração das comunidades biológicas em *habitat* degradados. Ainda segundo o mesmo autor, para que haja um manejo adequado, é necessária certa cautela, para analisar quais tipos de técnicas de manejo são compatíveis com os objetivos da área protegida em questão.

O objetivo do presente estudo é propor um procedimento de gestão adequado para os Parques Naturais Municipais (PNM) do norte do RS.

METODOLOGIA

A base de desenvolvimento do trabalho abordou uma proposta para gestão de Parques Municipais Naturais, na categoria de proteção integral do norte do estado do Rio Grande do Sul. Os Parques contemplados pelo estudo são: Parque Natural Municipal de Apertado, localizado no município de Severiano de Almeida; Parque Natural Municipal da Sagrisa em Pontão; Parque Natural Municipal de Sertão, Parque Natural Municipal Longines Malinowski de Erechim. Os levantamentos utilizados como referências foram realizados em visitas técnicas *in loco*, acompanhadas por entrevistas e questionários aplicados aos responsáveis por cada Parque. Após estes levantamentos foi possível propor um modelo de gestão para os Parques analisados.

Primeiramente, foram realizados diagnósticos abordando a gestão dos parques, para tanto foram divididas as avaliações nos âmbitos: ambientais, sociais, econômico-financeiro e institucionais, com seus respectivos indicadores e práticas realizadas. Para a abordagem ambiental foram observados os aspectos relacionados com a categoria de manejo, a biodiversidade e a diversidade cultural relevantes na região.

No âmbito social, as questões se concentraram quanto aos programas educativos ofertados no Parque para a população. Já no âmbito econômico-financeiro a abordagem se concentrou no desenvolvimento econômico da cidade e na aplicação dos recursos financeiros necessários para uma gestão adequada. No âmbito institucional, as questões incluíram o planejamento, legislação, infraestrutura, equipamentos e recursos humanos.

O diagnóstico foi desenvolvido a partir da metodologia de Padovan (2001) utilizada por Ramos et al., (2012), apresentada no formato de quadro. A partir do diagnóstico se obteve informações pormenorizadas de cada parque estudado, incluindo as práticas desenvolvidas, se as mesmas são ou não atendidas. Para as não atendidas se resultou no plano de ações, com o intuito de auxiliar o sistema de gestão das unidades de conservação.

Para o plano de ações se utilizou a ferramenta 5W2H, a qual consiste em 7 questões, sendo que no presente estudo foram utilizadas apenas três: o que deve ser feito; como deve ser feito e quem deve fazer.

A proposta do plano formou-se a partir da apresentação e discussão com os gestores dos Parques Naturais Municipais, onde houve agendamento prévio de horário, a fim de apresentar o estudo. No momento da apresentação aos gestores, foram repassadas as propostas de ações para cada prática não atendida. Assim, a resposta dos gestores foi a validação da possibilidade da nova proposta, através de um feedback dos responsáveis, verificando o grau de dificuldade e a coerência das ações para uma gestão de melhoria contínua.

RESULTADOS

Planos de ação

A partir da realização do diagnóstico nos parques municipais foram elaboradas ações para a Gestão Participativa e Integrada dos mesmos. As propostas estão em consonância com a Legislação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as quais visam atender a legislação vigente e também a avaliação dos planos de manejo, com soluções para uma gestão de melhoria contínua para essas Unidades de Conservação.

ÂMBITO AMBIENTAL

Segundo a Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (BRASIL, 2000) são verificados alguns indicadores com práticas adequadas, os quais devem ser observados na Unidade de Conservação de Proteção Integral, como a gestão dos Parques. Dentre eles, categoria de manejo, área total de conservação da biodiversidade local, conectividade com outras áreas, e viabilidade ecológica no Parque.

A partir da definição das práticas não atendidas, no âmbito ambiental, verificadas na planilha de pontuação, definiram-se as respostas para as perguntas mencionadas anteriormente. Procurando dessa maneira, mostrar aos gestores como poderiam resolver as práticas não atendidas durante a entrevista. Para cada prática não atendida houve uma delimitação de ação. Para este âmbito as práticas 1, 3, 4 e 5 foram atendidas. O Quadro 1 apresenta as ações para cada prática desenvolvida no âmbito ambiental.

Quadro 01 – Quadro de ações para as práticas não desenvolvidas no âmbito ambiental

Indicador 1 – Categoria de Manejo		
P2 – Os usos que se desenvolvem na UC são compatíveis com a categoria de uso?		
AÇÃO 1 – para todos os parques.		
Não se observou coerência entre as respostas dos gestores e a visita <i>in loco</i> .		
O que deve ser feito	- Proporcionar incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental, educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.	
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor fará a normatização de Lei Municipal ou decreto de criação, fazendo cumprir a proposta de objetivo de criação da Unidade de Conservação através da abertura de convênios com Universidades locais para que se façam pesquisas ambientais nas áreas estudadas.	
Indicador 3 – Área que constitui as condições necessárias para favorecimento da viabilidade ecológica		
P6 – A área possui conectividade entre UC e outras áreas protegidas?		
AÇÃO 2 – para o Parque Natural do Apertado		
Não se observou coerência entre as respostas dos gestores e a visita <i>in loco</i> . Exceção do PNS onde houve coerência entre resposta e verificação <i>in loco</i> .		
O que deve ser feito?	- Promover a desapropriação de mais áreas fazendo conexão com a ilha do lago formado com o represamento.	
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor fará um projeto de solicitação do Consórcio Itá para inserção da ilha na área de conservação.	
P6 – A área possui conectividade entre UC e outras áreas protegidas?		
AÇÃO 3 – para o Parque Natural Municipal de Sertão.		
O que deve ser feito?	- Promover a criação de corredores ecológicos entre as duas áreas, inserindo novos lotes no entorno das duas áreas.	
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O Gestor e o Poder Executivo farão o projeto de lei de desapropriação	

	quem deve fazer?	de áreas e benfeitorias de produtores próprios do entorno das duas áreas. - O Legislativo fará a aprovação da lei para desapropriação das áreas.
Indicador 3 - Área que constitui as condições necessárias para favorecimento da viabilidade ecológica P7 – O zoneamento da UC favorece a viabilidade ecológica?		
AÇÃO 5 - para o Parque Natural Municipal do Apertado e para o Parque Natural da Sagrisa de acordo com resposta do gestor		
	O que deve ser feito?	- Promover o zoneamento da área.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o executivo farão a contratação de um topógrafo para a medição e zoneamento da área. - O legislativo fará a aprovação de orçamento específico para a contratação de profissional. - Topógrafo fará a demarcação e zoneamento do Parque para que sejam definidas as áreas com maior representatividade ecológica.

Fonte: Autores (2014).

No âmbito ambiental foram apontadas as ações para a prática 2, prática 6 e prática 7 para os indicadores, 1, 3 e 4.

ÂMBITO SOCIAL

No âmbito social se observaram quais as estratégias que são aplicadas para a integração da população da cidade e das comunidades do entorno. Sendo apresentada no Quadro 2 as ações para as práticas não atendidas.

Quadro 02 – Ações para as práticas não desenvolvidas no âmbito social

Indicador 4 – Estratégias e essas são aplicadas para a integração da população da cidade e das comunidades do entorno – Para todos os Parques.		
Po8 – O Parque possui Conselho Gestor e se este facilita o manejo adequado da área?		
AÇÃO 6 - Para todos os Parques pois nenhum tem Conselho Gestor		
	O que deve ser feito?	- Criar Conselho Gestor e programas de uso da área.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O Gestor e o poder executivo deverão promover reuniões com os proprietários das propriedades que fazem divisa com a UC e entidades governamentais e não governamentais que comporão o conselho gestor da Unidade de Conservação e através do encontro deverão organizar uma cartilha ou um regimento de funcionamento da unidade descrevendo todas as possíveis formas de uso.
Po9 – A UC possui estratégias de integração entre a população e Parque?		
AÇÃO 7 - Para todos, mesmo os PNM de Sertão, Longines Malinoski e Sagrisa terem pontuado esta prática verificou-se que estes locais não dispõem de estratégias de integração da população com a UC.		
	O que deve ser feito?	- Promover através de programas a visitação da população do entorno para que estes sejam promovidos a gestores compartilhados.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deverá promover inicialmente um convite a toda a população interessada em utilizar as escolas como fontes disseminadoras de educação ambiental.

P10 – A população do entorno é envolvida com a implementação de estratégias para uma melhoria continuada	
AÇÃO 8 - Para todos os Parques com exceção Parque Natural Municipal Longines Malinoski	
O que deve ser feito?	-Criar Conselho Gestor com diversos segmentos de entidades civis.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor juntamente com o poder executivo municipal deverão promover programas de acessibilidade nas Unidades de Conservação. - Criar indicações de trilhas, verificando em conjunto com a comunidade a possibilidade de vigilância, incentivando a educação ambiental aos usuários.
P11 – O Parque e a população interagem na gestão?	
AÇÃO 9 - Para o Parque Natural Municipal de Sertão	
O que deve ser feito?	- Promover reuniões com a comunidade local.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo deverão promover periodicamente reuniões com o conselho gestor formados e a comunidade para a coleta de sugestões para a promoção do local.
P12 – A comunidade se manifesta favorável ao manejo do Parque.	
AÇÃO 10 – Mesmo todos os Parques obtendo pontuação a verificação <i>in loco</i> constatou que nenhum possui conselho gestor formado para gestão compartilhada com a comunidade	
O que deve ser feito?	- Formar conselho gestor e reuniões periódicas com a comunidade.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor, o poder executivo e o poder legislativo deverão promover reuniões e a regularização do conselho gestor, além de realizar encontros de capacitação em Educação Ambiental para a comunidade, a fim de qualificar pessoas interessadas para compor o conselho.

Fonte: Autores (2014).

AMBITO ECONÔMICO/FINANCEIRO

De acordo com a planilha de pontuações efetuada a prática 13, que se refere aos benefícios diretos ou indiretos da população em geral em razão da existência da UC foi atendida por todos os parques, sendo assim as ações são previstas a partir da prática 14. Para discutir cada um dos indicadores e a proposta para uma gestão adequada dessas áreas, foi avaliado cada um dos indicadores com cada uma das práticas não atendidas. As respostas estão descritas no Quadro 3.

Quadro 03 – Ações para as práticas no âmbito econômico-financeiro

Indicador 5 – O Parque influi positivamente no desenvolvimento econômico da cidade.	
P13 – Não foi apontada nenhuma ação, pois esta prática foi atendida para todos os Parques?	
P14 - A população do entorno recebe os benefícios diretos em razão da existência do Parque?	
AÇÃO 11 - Para todos os Parques	
O que deve ser feito?	- Promover encontros com as comunidades locais a fim de divulgar a importância da Unidade e também indicar as potencialidades econômicas como a possibilidade de novos restaurantes, lanchonetes e pousadas.
Como deve ser feito e quem	- O gestor, o poder executivo municipal e o poder legislativo através

	deve fazer?	das reuniões deverão interagir e formular opiniões para atrair futuros investidores.
<p>P15 - A infraestrutura ou serviços de interesse da comunidade local são desenvolvidos em razão do Parque? AÇÃO 12 - Para todos os parques - O Parque Natural Municipal da Sagrisa marcou pontos no item possuir uma área de infraestrutura adequada, na visita <i>in loco</i> foi observado que as instalações estão desativadas e há necessidade de melhorias na sede.</p>		
	O que deve ser feito?	- Realizar levantamento de orçamento para a construção de um pórtico de entrada (Caso de Sertão) e também uma estrutura adequada para receber os visitantes.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal deverão promover abertura de editais de interesse para construir pórtico para receber os visitantes. - O poder legislativo municipal fará a aprovação de orçamento específico para que se possam fazer as melhorias. - No caso do Parque da Sagrisa, as ações se repetem, porém, com o objetivo da realização de melhorias para iniciar o funcionamento do local, pois a estrutura está pronta.
<p>P16 – Existem projetos de desenvolvimento comunitário promovidos pela administração do Parque? AÇÃO 13 - Para todos os Parques – O Parque Natural Municipal da Sagrisa apresentou pontuação</p>		
	O que deve ser feito?	- Instalar um conselho gestor para que haja um cronograma de cursos e capacitações para pessoas interessadas em se tornar gestores compartilhados (pessoas que trabalharam em ações compartilhadas com o gestor da área) e também se envolvam em realizar e promover integração com as comunidades do entorno.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deverá promover reuniões periódicas com o conselho gestor a fim de levantar hipóteses e/ou sugestões do que promover (caso de Sertão e Sagrisa), o cultivo do plantio do pinhão (semente encontrada em grande quantidade no Parque) para a inserção da comunidade típica local. - O gestor deverá buscar cursos e capacitações para o conselho gestor a fim de desenvolver a capacidade de gestores compartilhados.
<p>INDICADOR 6 – O Parque conta com recursos financeiros necessários a gestão adequada</p>		
<p>P 17 – O Parque possui gastos e estes oferecem que tipo de custos reais a sua manutenção? P 18 – Há receitas e despesas? AÇÃO 14 – Para todos os Parques</p>		
	O que deve ser feito?	- Orçar os valores reais para que o Parque se mantenha em funcionamento funcionário (guarda – parque) estrutura mínima de funcionamento.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- Os parques precisam ter suas receitas e despesas elencadas e uma previsão orçamentária anual que seja aprovada pelo conselho e pelos órgãos municipais competentes, conforme legislação. - O gestor e o poder executivo municipal deverão abrir editais para interessados em realizar obras, melhorias e também colaborador (guarda-parque) para auxiliar na gestão.
<p>P 19 – O Parque conta com fontes diversas e de valores recebidos, quais são? AÇÃO 15 – Para todos os Parques</p>		
	O que deve ser feito?	- Resgatar recursos de fontes diversas como, por exemplo, o ICMS Ecológico, Licenciamento Ambiental, assim como possíveis patrocinadores.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal deverão verificar junto ao setor de arrecadação, contador e Secretário da Fazenda quais são as possíveis fontes para destinação de recursos, a fim de promover o

	funcionamento adequado do Parque.
P 20 - As receitas cobrem os custos de manutenção do Parque?	
AÇÃO 16 - Para todos os Parques com exceção do Parque Natural Municipal Longines Malinoski	
O que deve ser feito?	-Promover um orçamento próprio para viabilizar o funcionamento do Parque.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deve buscar diversas formas de promoção da área a fim de colher recursos para o funcionamento da área, através de atividades de trilhas ecológicas junto às escolas com cobrança mínima de visitação. - Os poderes executivo e legislativo municipal deverão promover projeto lei para cobrança de valores que viabilizem o funcionamento dos Parques.
P21 – O Parque possui fontes de financiamento adequadas e se estas são adequadas e diversas e para a manutenção da UC em longo prazo?	
AÇÃO 17 - Para todos os Parques	
O que deve ser feito?	-Promover campanhas e recursos provindos de diversas fontes.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	-O gestor e o poder executivo municipal deverão buscar junto à receita, potenciais investidores para a captação de recursos.
P22– Existem e quais são as estratégias para obter recursos financeiros?	
AÇÃO 18 - Para os Parques Naturais Municipais do Apertado e Sertão	
O que deve ser feito?	- Articular as estratégias necessárias para atender os recursos financeiros.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e os poderes executivo e legislativo municipal devem desenvolver projetos em comunidades e entidades ligadas a proteção ambiental, a fim de arrecadar recursos para o Parque.
P23 – Existe e quais são as vendas de bens e serviços aos usuários do Parque?	
AÇÃO 19 - Para todos os Parques	
O que deve ser feito?	- Viabilizar a visitação aos parques, com a inserção de taxa de entrada.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal realizar projeto para a viabilização de visitação com cobrança mínima para trilhas ecológicas guiadas.
P24 – existe venda de serviços ambientais e de ecoturismo e quais são?	
AÇÃO 20 – Para todos os Parques com exceção do Parque Natural Municipal Longines Malinoski	
O que deve ser feito?	-Repete a mesma ação da prática anterior
Como deve ser feito e quem deverá fazer?	-Repete a mesma ação da prática anterior
P25–existe uma gestão adequada e quais o mecanismo utilizado	
AÇÃO 21– Para todos os Parques	
O que deve ser feito?	- Traçar decisões com objetivo de destinar recursos financeiros para melhorar a atração de turistas e atividades economicamente viáveis para o funcionamento do Parque.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal deverão definir o orçamento próprio para a Unidade de Conservação. - O gestor deverá desenvolver projetos para recursos financeiros destinados a UC.
P26-ocorre manejo financeiro institucional e como é realizado	

AÇÃO 22 - Todos os Parques	
O que deve ser feito?	-Verificar quanto custa para manter o Parque aberto e quanto pode gerar de recursos.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deverá elaborar orçamentos de receitas e despesas para que se possa viabilizar o projeto de abertura do Parque.
P27 – ocorre transferência de recursos financeiros ajustados ao que é solicitado e como é realizado	
AÇÃO 23 – Todos os Parques	
O que deve ser feito?	- Verificar os recursos financeiros destinados e ajustá-los.
Como deve ser feito e quem deverá fazer?	- O gestor, e o poder executivo municipal deverão verificar os principais recursos que podem ser obtidos no Parque e verificar os gastos para manter em funcionamento, assim como transferir possíveis receitas para o Parque. - O poder legislativo municipal fará a aprovação de Projeto Lei para destinação de recursos.
P28 – Existem recursos gerados e estes são aplicados na melhoria da gestão do Parque.	
AÇÃO 24 - Para todos os Parques ainda que o PNM da Sagrisa e Longines Malinoski já possuem plano de manejo	
O que deve ser feito?	- Verificar através dos indicadores ambientais, sociais, econômico-financeiro e institucional os recursos gerados que podem ser empregados na UC.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor de posse da verificação dos indicadores que estão deficientes deve elaborar o plano de ação para empregar a melhor forma de aplicar a receita do Parque.
P29– O Parque possui mecanismos de controle financeiro e como é realizado.	
AÇÃO 25 - Para todos os Parques, pois esta prática implica o contexto da maioria das ações como respostas para as práticas apontadas.	
O que deve ser feito?	- Verificar quais atividades geram despesas para o parque se manter em atividade.
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor de posse das informações de receita e despesa deverá aprimorar seu mecanismo de controle para que se mantenha o Parque em funcionamento.

Fonte: Autores (2014).

No âmbito econômico-financeiro, foram apontados no indicador 5 com as ações para as práticas 14, 15 e 16, indicador 6 com as ações para as práticas 17, 19, 20 a 29.

ÂMBITO INSTITUCIONAL

Contemplaram-se em conjunto a observação da área, analisando se oferece condições adequadas de trabalho, estrutura e infraestrutura (equipamentos existentes), necessidades de manejo da unidade de conservação, indicadores da legislação, normas, técnicas e disposições administrativas. Além dos mecanismos de soluções para conflitos relacionados ao domínio, como posse de terras e uso de recursos naturais, e também

Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 12, n.6 | jan/jun - 2017

como ocorre o controle desses meios, além de se verificar se as áreas contam com uma estrutura organizativa adequada ao manejo.

De acordo com o Quadro 4 observamos as seguintes ações para as práticas não atendidas.

Quadro 04 – Ações para as práticas no âmbito institucional

Indicador 7 - Quanto à área possuir as condições institucionais para seu gerenciamento efetivo.		
P30 – Ocorre um planejamento estratégico da UC que está relacionado com as políticas e como é realizado?		
AÇÃO 26 - Para o Parque Natural Municipal da Sagrisa e todos os outros pela visita <i>in loco</i> onde não se observou tal prática.		
	O que deve ser feito?	- Integrar a UC junto a ações compartilhadas a gestão regional ou estadual e participar dos encontros com outras Unidades a fim de procurar o desenvolvimento estratégico.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal deverão participar de encontros de desenvolvimento estratégico na esfera estadual e federal a fim de ampliar as políticas já existentes no Parque.
P31 - Há coerência entre os projetos necessários ao plano de manejo e sua execução		
AÇÃO 27 - Para o Parque Natural Municipal de Sertão e do Apertado.		
	O que deve ser feito?	- Realizar o Plano de Manejo
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal deverão providenciar a curto e médio prazo o documento técnico onde serão demonstradas todas as práticas para uma gestão adequada da UC. - O poder legislativo municipal deverá aprovar projeto lei para a contratação e profissionais assim como o orçamento.
P32 – Ocorre monitoramento e avaliação e como é feita as ações corretivas		
AÇÃO 28 – Para todos os Parques pois em visita <i>in loco</i> nenhum tem um efetivo gerenciamento.		
	O que deve ser feito?	- Avaliar as ações e programas sugeridos no plano de gestão.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deverá avaliar quais das ações propostas estão sendo realizadas.
P33 – Existe plano de manejo e se o mesmo possui atualizações.		
P34– Existe execução dos planos de manejo e como é feito e em que periodicidade e o plano de manejo consideram as iniciativas de desenvolvimento local ou regional		
P35 – Existe execução dos planos de manejo.		
AÇÃO 29 - Para os Parques de Sertão e do Apertado.		
	O que deve ser feito?	- Deve ser realizado o Plano de Manejo
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal deverão fazer o plano de manejo com empresa ou grupo de profissionais competentes que tenham experiência no assunto, ou propor convênio com universidades.
Indicador 8 - Pessoal ou humano qualificado e suficiente para o desempenho das atividades de gerenciamento do local.		
P36 - A quantidade de pessoal é suficiente.		
P37 - A qualidade de demanda pessoal é suficiente.		
Indicador 9– A área oferece condições adequadas de trabalho		
P38– Existem condições de higiene e segurança.		
P39 – Salários e benefícios pagos aos funcionários estão de acordo.		
Indicador 10 - Quanto à estrutura e infraestrutura (equipamentos existentes) satisfazem as necessidades de manejo da UC.		

P40 - Existe uma estrutura que corresponda aos objetivos de criação do Parque.		
P41 - Existe infraestrutura e se esta é adequada.		
AÇÃO 30 – Para os Parques de Sertão, do Apertado e Longines Malinoski.		
	O que deve ser feito?	- Rever situações de infraestrutura para receber visitantes.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deverá verificar o que tem que ser feito e o custo, logo após buscar recursos para colocar em prática a construção das instalações.
P42 - Existem acessos e estes são adequados para alcançar os objetivos do Parque.		
AÇÃO 31 - Para todos os Parques.		
	O que deve ser feito?	- Deve haver um estudo de verificação de trilhas potenciais
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deverá promover o estudo técnico com mapeamento das áreas assim como placas indicativas das trilhas de visitação, um bom exemplo é realizar convênios com universidades que podem desenvolver esta ação sem custo, pois há interesse de pesquisas científicas com embasamento técnico-prático.
Indicador 11 - Quanto à legislação, normas, técnicas e disposições administrativas.		
P43 - A administração possui apoio para a gestão da UC.		
AÇÃO 32 – Para os Parques de Sertão, Apertado e Sagraisa.		
	O que deve ser feito?	- Deve – se promover a gestão do local que trará além de ganhos financeiros também o bem-estar da população.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deve promover uma gestão compartilhada e a formação de um conselho gestor, assim o gerenciamento será não só de responsabilidade do gestor, mas de toda a comunidade.
P44 - Existem equipamentos e ferramentas para o trabalho e são suficientes.		
AÇÃO 33 – Para todos os Parques.		
	O que deve ser feito?	- Verificar se os equipamentos da secretaria dão o suporte necessário para a gestão do local.
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deverá promover a entrevista do corpo técnico a fim de verificar qual é a real necessidade de aquisição de equipamentos.
P47 - Este regulamento também prevê uma gestão financeira.		
P48 - Existe um regulamento administrativo.		
P49 - Existem leis relacionadas ao planejamento, manejo e gestão do Parque.		
AÇÃO 34 - Para todos os Parques.		
	O que deve ser feito?	- Criar lei ou decreto um regulamento de gestão financeira
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor deverá elaborar juntamente com o poder executivo municipal projeto lei de regulamentação e previsão de gastos. - O poder legislativo municipal deverá aprovar a lei.
Indicador 12 – Quanto aos mecanismos de solução, conflitos relacionados ao domínio, posse de terras e uso de recursos naturais são efetivos:		
P50 –São usadas estratégias para a resolução de conflitos relacionados com o domínio legal das terras.		
P51 –São usadas estratégias para resolução de conflitos relacionados ao uso dos recursos da UC.		
AÇÃO 35 – Para os Parques de Sertão, Sagraisa e Apertado		
	O que deve ser feito?	- Promover o plano de manejo
	Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal deverão buscar profissionais para realizar o trabalho através de edital. - O poder legislativo municipal deverá aprovar orçamento específico para o gasto. - O gestor deverá entrar via judicial para a demarcação do parque.

Indicador 13 – Quanto à área conta com uma estrutura organizativa adequada ao manejo	
P52 – Possui estrutura organizacional.	
P53 – Possui sistema funcional de comunicação interna.	
P54 – Possui mecanismos de registro de ações para a informação da gestão da UC.	
AÇÃO 36 - Para todos os Parques.	
O que deve ser feito?	- Promover o plano de manejo
Como deve ser feito e quem deve fazer?	- O gestor e o poder executivo municipal deverão buscar profissionais para realizar o trabalho através de edital. - O poder legislativo municipal deverá aprovar orçamento específico para o gasto.

Fonte: Autores (2014).

AÇÕES PROPOSTAS PARA CADA PROBLEMÁTICA

Nessa etapa será apresentada as respostas dos gestores dos Parques Naturais Municipais, exceto do Parque Natural Longines Malinoski que não participou.

ÂMBITO AMBIENTAL

Nesse âmbito foi relatado sobre o indicador 1 e a prática 2, o indicador 3 e a prática 6, e por fim o indicador 4 a prática 7, onde se observa no Quadro 5 as respostas de cada gestor.

Quadro 05 – Respostas dos gestores para cada ação

Indicador 1 - Categoria de Manejo	
P2 - Os usos que se desenvolvem na UC são compatíveis com a categoria de uso.	
Ação 01 - Para os Parques de Sertão, Apertado e Sagrisa.	
-Resposta do gestor do Parque de Sertão	-O gestor informa que já está sendo realizado um zoneamento e também pesquisas.
-Resposta dos demais gestores	- O gestor apontou que é viável a proposta.
Indicador 3 - Área que constitui as condições necessárias para favorecimento da viabilidade ecológica	
P6 - A área possui conectividade entre UC e outras áreas de preservação ambiental.	
Ação 02 e 03 - Para o Parque Natural Municipal do Apertado e Sertão	
Resposta dos gestores dos Parques	- Os gestores apontaram como viável as propostas.
Indicador 4 - Área que constitui as condições necessárias para favorecimento da viabilidade ecológica	
P7 – O zoneamento da UC favorece a viabilidade ecológica.	
Ação 04 - Para o Parque Natural Municipal do Apertado e Sagrisa	
Resposta dos gestores dos Parques	- Os gestores apontaram como viáveis as propostas.

Fonte: Autores (2014)

No âmbito ambiental, o gestor do município de Sertão apontou que está realizando o novo zoneamento da área, assim como o mapeamento do parque para a ação da prática 2 sugerida, pois os demais gestores apontaram todas as outras ações como muito viável e de fácil realização.

ÂMBITO SOCIAL

Neste âmbito, foi abordada a existência de estratégias e se estas são aplicadas para a integração da população da cidade e das comunidades do entorno sendo exposto sobre as ações 5 a 10 para as práticas 8 a 12. As quais se observaram que os gestores dos Parques Naturais Municipais de Sertão, Sagrisa e Apertado foram unânimes na resposta, de que as propostas apresentadas são viáveis, como se observa no Quadro 6.

Quadro 06 – Respostas dos gestores para cada ação

INDICADOR 4 - Existem estratégias e essas são aplicadas para a integração da população da cidade e das comunidades do entorno.	
P8 - O Parque possui Conselho Gestor e se este facilita o manejo adequado da área.	
P9 – A UC possui estratégias de integração entre a população e a UC.	
P10 - A população do entorno é envolvida com a implementação de estratégias para uma melhoria continuada.	
P11 - A UC e as comunidades locais fazem ações conjuntas de gestão.	
P12 – A comunidade manifesta atitudes favoráveis ao manejo da UC e seu entorno.	
Para todos os Parques de acordo com visita in loco.	
Ações 5 a 10	
Resposta dos gestores dos Parques	- Os gestores apontaram como viáveis as propostas.

Fonte: Autores (2014)

Observa-se, que no âmbito social, todas as ações apontadas foram bem aceitas pelos gestores dos três parques (Sagrisa, Apertado e Sertão).

ÂMBITO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Neste âmbito, foi relatado sobre o indicador 5, e sobre a influência positiva no desenvolvimento econômico da cidade local e das populações do entorno, sendo exposto sobre as ações 11 a 13 para as práticas 14 a 16.

No segundo momento relatou-se sobre o indicador 6 se há recursos financeiros necessários para gestão adequada, sendo exposto sobre as ações 14 a 19 e ações 20 a 24 para as práticas 17 a 23, 25 e 29. Observando apenas as divergências de ideias sobre a prática 16 onde o gestor do Parque de Sertão relatou inviável a ação sugerida, os demais gestores dos Parques Naturais Municipais de Sertão, Sagrisa e Apertado foram unânimes nas respostas de que são viáveis as propostas apresentadas como se observa no Quadro 07.

Quadro 07 - Respostas dos gestores para cada ação

Indicador 5 - A UC influi positivamente no desenvolvimento econômico da cidade local e das populações do entorno.	
P14 - A UC contribui para a melhoria da renda da população local.	
P15 - A infraestrutura ou serviços de interesse da comunidade local são desenvolvidos em razão da UC	
P16 - Existem projetos de desenvolvimento comunitário promovidos pela administração da UC	
Ações de 11 a 13 - Para todos os Parques.	
Resposta dos gestores dos Parques	- Os gestores apontaram como viáveis as propostas.
Indicador 6 - A UC conta com recursos financeiros necessários a gestão adequada.	
P17 - Há custos reais da manutenção da UC.	
P19 - Há fontes diversas de valores recebidos.	
P20 - Há receitas cobrem os custos de manutenção da UC.	
P21 - Há fontes de financiamento adequadas e diversas para a manutenção da UC em longo prazo.	
P22 - Possui estratégias para obter recursos financeiros suficientes e diversos	
P23 - Possui vendas de bens e serviços aos usuários diretos da UC.	
Ações 14 a 19 - Para todos os Parques.	
Resposta do gestor do Parque de Sertão	- Referente a ação 16 - O gestor coloca que não há possibilidades de cadastrar catadores de pinhão porque toda a população iria querer usar a proposta.
Resposta dos gestores dos Parques	- Para as demais ações os gestores apontaram como viáveis as propostas.
P25 - Ocorre manejo financeiro institucional.	
P26 - Com base de uma gestão adequada quais os mecanismos de gestão financeira eficientes para a UC.	
P27 - Ocorre transferência de recursos financeiros ajustados ao que é solicitado.	
P28 - Os recursos gerados são aplicados na melhoria da gestão ou no plano de manejo da UC.	
P29 - Quais são os mecanismos de controle e auditoria a gestão financeira adequada	
Ações 20 a 24 - Para todos os Parques.	
Resposta dos gestores dos Parques	- Os gestores apontaram como viáveis as propostas.

Fonte: Autores (2014)

Observa-se, que no âmbito econômico-financeiras todas as ações apontadas foram bem aceitas pelos gestores dos três parques (Sagrisa, Apertado e Sertão), havendo divergência em apenas uma ação (16), da qual o gestor aponta como inviável, pois se trata de uma grande área, esta ação seria um problema para a prefeitura para realizar a fiscalização dos catadores cadastrados.

ÂMBITO INSTITUCIONAL

No âmbito Institucional, foi relatado sobre o indicador 7 ao 13, sobre as condições institucionais para o efetivo gerenciamento dos Parques. As indagações foram relacionadas aos funcionários e suas atividades, as condições de trabalho, quanto à estrutura e equipamentos, as necessidades de manejo, legislação, normas, técnicas e disposições administrativas, mecanismos de solução para conflitos relacionados ao domínio de posse de terras e uso de recursos naturais, e por final se a área conta com uma estrutura organizativa adequada ao manejo dos Parques Naturais Municipais de Sertão, Sagrisa e Apertado.

Realizou-se a exposição para cada indicador, em cada uma das práticas, as ações propostas de 25 a 36, as quais os gestores expuseram sobre a viabilidade da proposta, conforme Quadro 08.

Quadro 08 - Respostas dos gestores para cada ação

Indicador 7 - Quanto à área possuir as condições institucionais para seu gerenciamento efetivo – todos atingiram a pontuação com exceção do PNMS.	
<p>P30 – Ocorre um planejamento estratégico da UC que está relacionado com as políticas estabelecidas para o sistema de UC.</p> <p>P31 - Há coerência entre os planos e projetos necessários ao plano de manejo.</p> <p>P32 – Ocorrem monitoramento e avaliação dos ajustes a serem realizados ao longo do tempo.</p> <p>Ações de 25 a 27 – Para todos os Parques.</p>	
Resposta dos gestores dos parques	- Os gestores apontaram que são viáveis as propostas.
Indicador 8 - Pessoal ou humano qualificado e suficiente para o desempenho das atividades de gerenciamento do local.	
<p>P36 - A quantidade de pessoal é suficiente.</p> <p>P37 - A qualidade de demanda pessoal é suficiente esta inserida em questões objetivas de aplicação.</p> <p>Ação 28 (usada para as duas práticas) - para todos os Parques</p>	
Resposta dos gestores dos parques	- Os gestores apontaram que é viável a proposta.
Indicador 9– A área oferece condições adequadas de trabalho	
<p>P38– Existem condições de higiene e segurança.</p> <p>P39 – Salários e benefícios pagos aos funcionários estão de acordo.</p> <p>Ação 29 – Para todos os Parques.</p>	
Resposta dos gestores dos parques	- Os gestores apontaram que é viável a proposta.
Indicador 10 - Quanto à estrutura e infraestrutura (equipamentos existentes) satisfazem as necessidades de manejo da UC.	
<p>P40 - Existe uma estrutura que corresponda aos objetivos de criação do Parque.</p> <p>P41 - Existe infraestrutura e se esta é adequada.</p> <p>P42 - Existem acessos e estes são adequados para alcançar os objetivos do Parque</p>	

Ação 30 e 31 – Para os Parques de Sertão e Apertado.	
Resposta dos gestores dos parques	- Os gestores apontaram como viáveis as propostas.
Indicador 11 - Quanto à legislação, normas, técnicas e disposições administrativas. P43 - A administração que está possui apoio para a gestão da UC. P44 - Existem equipamentos e ferramentas para o trabalho e estes são suficientes. P46 - Possui regulamento de uso dos recursos naturais. P47 - Este regulamento também prevê uma gestão financeira. P48 - Existe um regulamento administrativo P49 - Existem leis relacionadas ao planejamento, manejo e gestão do Parque. Ação 32 comum a todos os Parques.	
Resposta dos gestores dos parques	- Os gestores apontaram que é viável a proposta.
Indicador 12 – Quanto aos mecanismos de solução, para conflitos relacionados ao domínio de posse de terras e uso de recursos naturais são efetivos. P50 – São usadas estratégias para a resolução de conflitos relacionados com o domínio legal das terras. P51 – São usadas estratégias para resolução de conflitos relacionados ao uso dos recursos da UC. Ação 33 comum a todos os Parques.	
Resposta dos gestores dos parques	- Os gestores apontaram que é viável a proposta.
Indicador 13 – Quanto à área conta com uma estrutura organizativa adequada ao manejo. P52 – Possui estrutura organizacional. P53 – Possui Sistema funcional de comunicação interna. P54 – Possui Mecanismos de registro de ações para a informação da gestão da UC. Ações de 34 a 36 – Para todos os Parques em visita in loco.	
Resposta dos gestores dos parques	- Os gestores apontaram como viáveis as propostas.

Fonte: Autores (2014)

Observa-se, que no âmbito institucional, todas as ações apontadas foram bem aceitas pelos gestores dos três parques (Sagrisa, Apertado e Sertão).

CONCLUSÃO

A proposta que foi apresentada aos gestores, foi norteada em pilares que regiam por coerência e a facilidade de realização. No entanto, todas essas ações poderiam ser realizadas se houvessem uma valorização maior dos gestores dos Parques Naturais Municipais, assim como uma destinação específica de recursos via governo estadual e federal para o efetivo gerenciamento dos Parques.

Através dos resultados obtidos destaca-se em evidência a significância dessas áreas no âmbito ambiental e contudo, o estudo mostra o ajustamento a uma gestão mais linear. A partir desse estudo há necessidade de ajustar o gerenciamento adequado para

viabilizar todas as práticas apontadas segundo a metodologia utilizada, em que agreguem todos os indicadores nos âmbitos avaliados.

Para que se tenham ainda mais Unidades de Conservação, com seu efetivo funcionamento ou gestão, devem ser realizadas ações voltadas às políticas públicas de incentivo para a elaboração de planos de manejo dessas áreas, assim como uma sistematização de práticas conservacionistas para o gerenciamento adequado dos Parques.

REFERÊNCIAS

BENATTI, J. H. **A Criação de Unidades de Conservação em Áreas de Aposamento de Populações Tradicionais Um Problema Agrário ou Ambiental?** Novos Cadernos NAEA, v.1, n 2 Belém: NAEA/UFPA, 1998.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei Nº9985 de 18 de julho de 2000.** Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em 21 de set. 2013.

CAVALCANTE, H. C. A Experiência do PROARCO. **In: Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia.** Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2001. pp.99-102.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. ICMBio. **Planos de manejo.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/planos-de-manejo.html>. Acesso em 11 de set. 2013.

PADOVAN, M. P. Formulacion de um estandar y um procedimiento para La certificacion Del manejo de áreas protegidas. Tesis Mag. Scientiae. CATIE. Turrialba, Costa Rica. 2001. 229p.

PRIMACK, R.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação.** Londrina: E. Rodrigues. 2006. 327p.

RAMOS, A., et al. **Gestão de Unidades de Conservação: Compartilhando uma experiência de capacitação.** Realização: WWF-Brasil, Brasília, 2012. 396p. Disponível em: <http://www.ipe.org.br/livrogestaoUC.pdf>. Acesso em 05 de set. 2013.

SILVA. A. O. et al., GESTÃO DA QUALIDADE: APLICAÇÃO DA FERRAMENTA 5W2H COMO PLANO DE AÇÃO PARA PROJETO DE ABERTURA DE UMA EMPRESA. 3ª SIEF – Semana Internacional das Engenharias da FAHOR. 7º Seminário Estadual de Engenharia Mecânica e Industrial. Disponível em: http://www.fahor.com.br/publicacoes/sief/2013/gestao_de_qualidade.pdf. Acesso em 04 de Nov.2013.